

Valor Econômico – 24/06/2011

Investimento da Eletrobras no exterior pode atrasar

Energia: Estatal enfrenta indefinições dos governos do Peru e Portugal

Josette Goulart

A Eletrobras já vislumbra um atraso na execução de sua estratégia de internacionalização. Dois investimentos importantes a serem feitos pela companhia estão paralisados, à espera de decisões dos governos de países onde pretende se instalar. Neste mês, o governo do Peru suspendeu a concessão provisória da hidrelétrica de Inambari que pertencia à empresa. Além disso, o governo português recuou na venda de sua participação na EDP Energias de Portugal por ainda não saber que estratégia adotar. "O governo não sabe ainda se vende só parte dos 25% que detém na companhia ou todas suas ações", disse ao Valor o presidente da Eletrobras, José da Costa Carvalho Neto.

Apesar de o negócio da companhia portuguesa ser de grande interesse para a Eletrobras, será na América Latina onde a estatal quer centrar esforços para ajudar o governo federal a promover a integração latino-americana. A construção de hidrelétricas no Peru é uma das prioridades pela facilidade de interligação por meio dos vizinhos do Norte do país. Mas o governo brasileiro terá de iniciar uma nova fase de negociação com o presidente eleito Ollanta Humala, que assume em julho. As negociações terão de ser retomadas e a Eletrobras vai tentar reaver sua concessão, cassada pelo atual governo de Alan García. "Não faremos nenhum investimento que o governo do Peru não queira", disse Costa.

Para ter a concessão definitiva de Inambari faltou apenas a realização de uma audiência pública, que ouviria comunidades afetadas pela usina. A estatal brasileira trabalhava com o plano de iniciar investimentos já no próximo ano. A usina terá capacidade de gerar 2 mil megawatts (MW) de energia e boa parte seria destinada ao Brasil, dentro de um projeto que integra ainda outras seis usinas hidrelétricas. Os investimentos seriam da ordem de US\$ 4 bilhões, só na concessão de Inambari. Mas as negociações com o governo de Humala também terão de se dar no âmbito da aprovação do tratado binacional, para que a energia possa ser vendida ao Brasil.

O processo de integração energética na América do Sul vai proporcionar um ganho na eficiência do sistema brasileiro de 20%, segundo o secretário-executivo do Ministério de Minas e Energia, Márcio Zimmermann. Isso acontece porque ao integrar o sistema, a energia pode ser escoada mais facilmente e com isso as usinas podem produzir mais próximas de sua capacidade instalada.

Os planos de integração também envolvem novos acordos com Paraguai, Uruguai, Venezuela e Argentina. O diretor-geral da parte paraguaia de Itaipu, Gustavo Cudas, diz que está em estudo a alteração de um acordo tripartite entre Paraguai, Argentina e Brasil para a operação de reservatórios entre as usinas de Itaipu e Yaciretá. O tratado atual só permite que Itaipu opere 18 turbinas, mas a hidrelétrica tem 20 delas instaladas. Além disso, se discute a construção de mais uma usina, a de Corpus.

Com o Uruguai o processo de internacionalização está mais avançado e linhas de transmissão já ligam os dois países. A ideia é também integrar a Bolívia. O projeto das usinas do rio Madeira, no Estado de Rondônia, prevê a construção de uma

hidrelétrica binacional na fronteira com a Bolívia. Mas integrantes de algumas organizações não governamentais dizem que será preciso primeiro que o governo brasileiro enfrente questões ambientais das usinas do Madeira que vão afetar a Bolívia. Instituições brasileiras questionam esse processo de integração. Recentemente o governo brasileiro reviu o acordo com o Paraguai, em torno de Itaipu, e acabou fazendo concessões como o aumento de royalties e também a doação de uma linha de transmissão que vai ligar a usina à capital Assunção. Segundo o **Instituto Acende Brasil**, o país já perdeu R\$ 7 bilhões em acordos regionais.